

O expurgo deve vir de uma só...

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

O expurgo, ou seja, a eliminação de fatores considerados excepcionais sobre os índices de preços, ao contrário da desindexação, tem um alcance delimitado. O expurgo, segundo Ikeda, excluiria os aumentos dos derivados do petróleo e do trigo (ainda a conceder) da variação dos preços.

Ikeda está convencido de que o expurgo não pode ser muito grande, sob pena de afetar negativamente áreas como as aplicações em cadernetas de poupança. Concorde que o efeito dos derivados sobre o IGP deve ficar em torno de 5%, mas argumenta que o expurgo teria de ser inferior a isto.

Para o trigo, falta uma decisão final. Se a opção fosse eliminar de vez o subsídio governamental, o aumento teria de ser de 220%. Não é isto o que pensa o governo, embora o reajuste deva ser bastante significativo. O impacto sobre o índice de preços seria bastante elevado.

O próprio Ikeda adverte que a aplicação do expurgo sobre o INPC, desejada pelo governo, pode esbarrar em problemas legais.

Paralelo a este expurgo, estuda-se a mudança de parâmetros para a fixação das correções cambial e monetária (o que exigiria alteração na Resolução nº 802 que atrelou a correção monetária ao IGP). Pretende-se vinculá-las a um índice de preços de custos industriais, segundo Ikeda, o que seria mais adequado no caso da correção cambial. Na imagem do governo, isto evitaria que o aumento do pé de alface acabasse repassado ao exportador. Como o sistema está todo amarrado, a correção monetária acabaria acompanhando a variação da correção cambial.

Teoricamente, esta mudança de parâmetro não significaria necessariamente um achatamento das duas correções em relação à inflação. De toda a forma, ela seria útil para enfrentar as perdas de safras, especialmente de hortigranjeiros (com grande

peso sobre o custo de vida), em virtude das chuvas recentes. A perda total de hortigranjeiros em São Paulo, por exemplo, só poderá ser repostada em, no mínimo, noveta dias. Até lá, os preços estarão naturalmente pressionados.

Um outro nível de discussão que já vem de algum tempo, e poderá acabar levando a resultados práticos, é sobre a metodologia de apuração de preços do INPC. São conhecidas as objeções da Seplan aos métodos hoje empregados pela FIBGE. Assim como as reações à introdução de alterações, de toda a forma, como diz Ikeda, esta é uma preocupação governamental que continua sob discussão.

Estes são os contornos prováveis das medidas em gestação, apesar dos receios de alguns políticos. O líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, reclamava ainda ontem que qualquer decisão nesta área teria de ser precedida de debate político. "Não dá mais para ser decisão de gabinete e a gente dizer amém", disse. "Quero que me provem que uma decisão neste sentido vai trazer benefício." Recorde-se, contudo, que o principal articulador político do governo, ministro Leitão de Abreu, já está plenamente convencido das benesses da desindexação.

DECISÃO

O senador Virgílio Távora (PDS-CE), que se encontrou ontem com o ministro Delfim Netto, afirmou que a idéia de promover um expurgo de 5% em todos os índices, no período de um mês, e depois deixar que tudo volte ao estado atual, "é uma teoria do governo". Disse, no entanto, que, pessoalmente, é favorável a um corte "bem maior". O senador não excluiu que possa haver uma decisão até o final da semana, mas disse não acreditar que isto ocorra na sexta-feira. Cumprindo, provavelmente, o roteiro do pacote, o ministro Delfim Netto reúne-se hoje pela manhã com a missão do Fundo Monetário Internacional e, à tarde, viaja para São Paulo, onde se encontra o presidente João Figueiredo.

O expurgo deve vir de uma só vez

por Celso Pinto
de Brasília

A desindexação deverá transformar-se num expurgo, aplicado de uma só vez, inferior a 5%, abrangendo todos os índices de preços. Esta é a linha que prevalece no governo, disse a este jornal o assessor especial para assuntos econômicos da Secretaria do Planejamento, Akihiro Ikeda.

Ao mesmo tempo, e como uma possível decisão simultânea, o governo estuda a mudança no parâmetro usado como referência para as correções cambial e monetária. Para evitar que aumentos excepcionais na área agrícola acabem sendo repassados indevidamente para a correção cambial, estuda-se, segundo Ikeda, a utilização de um índice de variação do custo industrial, mais adequado, para servir de parâmetro. Como o sistema está todo interligado, também a correção monetária



Akihiro Ikeda

acompanharia este novo índice. Se tivesse sido aplicado nos últimos seis meses este critério, as duas correções teriam ficado bem abaixo da variação inflacionária.

Com essa opção pelo expurgo, o CIP baixará uma portaria transformando em trimestral, não mensal, o reajuste permitido para os preços industriais controlados e fará com que o teto de aumento passe dos atuais 90% da correção para 80% ou da própria correção, ou do INPC, ou do índice de preços industriais. Caso a opção final seja por uma desindexação permanente, através da aplicação de algum redutor sobre os índices de preços — hipótese pouco provável —, o governo simplesmente não precisaria mexer na regra atual, explicou a este jornal o secretário especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari Soares. A própria desindexação serviria para a contenção dos preços industriais.

O presidente da Fundação IBGE, Jessé Montello, disse ontem, no Rio, que está preparado para expurgar o índice do INPC "em duas semanas", desde que haja um decisão de governo. Entre os empresários crescem as manifestações a favor de uma desindexação ampla da economia. Mas há a expectativa de que isso possa levar ao câmbio duplo.

(Ver página 6)

Há uma evidente vontade política, no governo, pela desindexação da economia.

No entanto, há enormes objeções técnicas a seu fiel cumprimento. Uma desindexação, a rigor, implicaria a criação de algum redutor sobre um ou vários índices de preços. Esta opção, como diz Ikeda, "é inviável".

Aplicar a desindexação apenas sobre o INPC, que corrige os salários, revelou-se politicamente impossível. Aplicá-la sobre todos os índices poderia criar traumas similares ao de 1980, quando se operou uma política econômica apoiada na prefixação, irrealista, das correções monetária e cambial, com resultados bastante negativos. Além disso, nessa hipótese, a correção cambial acabaria defasada em relação à inflação, o que seria um contra-senso com o esforço exportador. Finalmente, se a opção fosse uma desindexação que recaísse apenas sobre a correção monetária, haveria enorme especulação com ativos corrigidos cambialmente, a começar pelos títulos governamentais (ORTN com opção cambial).

(Continua na página 6)